

Lider Industria e Comercio de Estofados S/A

CNPJ nº 64.422.892/0040-08 - NIRE 35300547501

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2025, às 10 horas, na sede da **Líder Indústria e Comércio de Estofados S/A**, situada na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 813, bairro Jardim América, na cidade de São Paulo/São Paulo, CEP 01.441-000 ("Companhia").

2. Convocação: Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76.

3. Presença - Acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas.

4. Composição da Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Nogueira Alves, brasileiro, nascido em 29/09/1972, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da CI nº M-5.334.995, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF de nº 837.981.706-06, residente e domiciliado na Rua Piranhas, nº 41, apto 302, bairro Caiçaras, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.770-540, e secretariado pelo **Sr. Aurélio Nogueira Alves**, brasileiro, nascido em 01/06/1965, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do CREA nº 49.787/D, expedido pelo CREA/MG, inscrito no CPF de nº 527.481.546-49, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, nº 1470, apto 900, bairro Centro, em Divinópolis/MG, CEP 35.500-011.

5. Ordem do Dia: Composta a Mesa, o presidente procedeu à leitura da ordem do dia, com o seguinte teor: I. Deliberar sobre a alteração de endereço da matriz (CNPJ nº: 64.422.892/0040-08, NIRE nº: 35300547501).

II. Deliberar sobre a consolidação do estatuto social.

6. Deliberações: A acionista presente apreciou as matérias constantes da ordem do dia, das quais já tinham conhecimento, e deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue: I. Aprovar a alteração do endereço da matriz, que antes era Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 813, bairro Jardim América, na cidade de São Paulo/São Paulo, CEP 01.441-000, CNPJ nº: 64.422.892/0040-08, NIRE nº: 35300547501, que, em razão da alteração de endereço, passa a ser na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 795 e 813, bairro Jardim América, São Paulo, SP, CEP: 01441000, Complemento: Anexo: Número 795. II. Em razão da alteração do endereço da matriz, fica aprovado e consolidado o Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I a presente Ata.

7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes. Todos os presentes declaram que esta ata confere com o original, lavrada em livro próprio e arquivada na sede da Companhia. Estiveram presentes na Reunião e assinam este instrumento: o Presidente da Mesa e Diretor Administrativo Cláudio Nogueira Alves, o Secretário da Mesa e Diretor Presidente Aurélio Nogueira Alves, a acionista JMN Holding S/A, representada por Cláudio Nogueira Alves e a advogada Thaís de Faria Terezi. São Paulo/SP, 25 de setembro de 2025. JUCESP nº 349.067/25-9 em 03/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social e Sede. Artigo 1. A denominação da Sociedade é **Líder Indústria e Comércio de Estofados S/A**, que se regerá pelas disposições deste Estatuto e da legislação vigente aplicável.

Artigo 2. A Sociedade possui sua sede na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 795 e 813, bairro Jardim América, São Paulo, SP, CEP 01441-000, Complementos: Anexo: Número 795.

Parágrafo Único. A Sociedade possui as filiais abaixo relacionadas, podendo abrir ou encerrar, quando julgar conveniente, independente de autorização da Assembleia Geral, filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

1. Av. Otto Baumgart, nº 500, loja 210, bairro Vila Guilherme, em São Paulo/SP, CEP 02.049-000, registrada sob o Nire nº 35902434704, CNPJ nº 64.422.892/0002-82, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa.

2. Av. Desembargador Santos Neves, nº 426 e nº 410, Loja 01, Ed. Sagarana, Bairro Santa Helena, em Vitória/ES, CEP 29.055-100, registrada sob o NIRE 32900289682, CNPJ 64.422.892/0005-25, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

3. SC/Norte, quadra 06, Conjunto A, Lojas 58, 59, 60, 61 e 62, Térreo, Ed. Venâncio 3000, em Brasília/DF, CEP 70.718-900, registrada sob o NIRE 53900199630, CNPJ 64.422.892/0006-06, com o objeto social de Show Room;

4. Rua Teodoro Sampaio, 1465/1469/1471/1473/1477/1481/1483/1485, Bairro Pinheiros, em São Paulo/SP, CEP 05.405-150, registrada sob o NIRE 35902769536, CNPJ 64.422.892/0008-78, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

5. SGCV - Sul, Lote 22, Loja 204 no empreendimento denominado Casa Fair Shopping Center, Bairro Guarã, em Brasília/DF, CEP 71.215-100, registrada sob o NIRE 53900216925, CNPJ 64.422.892/0010-92, com o objeto social de Show Room;

6. Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1.100, Bairro Bonfim, em Carmo do Cajuru/MG, CEP 35.557-000, CNPJ 64.422.892/0018-40, NIRE 31901723415, funcionando apenas como escritório administrativo;

7. Av. Ayrton Senna, nº 2150, SUC: D, E e F do Bloco 1, Bairro Barra da Tijua, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.775-900, CNPJ 64.422.892/0019-20, NIRE 3390089933-3, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa.

8. Rodovia MG 050, KM 32,4, S/N, Centro, em Mateus Leme/MG, CEP 35.670-000, CNPJ: 64.422.892/0022-26. NIRE 31.901.970.161, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

9. Av. Presidente Carlos Luz, nº 405, Bairro Caiçaras, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.230-000, CNPJ 64.422.892/0032-06, NIRE 31.901.970.111, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

10. Av. Silvano Brandão, nº 1337, Bairro Sagrada Família, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.030-105, CNPJ 64.422.892/0024-98, NIRE 31.901.970.137, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

11. Rodovia BR 356, nº 2500, lojas 112 e 113, Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.320-901, CNPJ 64.422.892/0033-89, NIRE 31.901.970.102, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

12. Rua Goiás, nº 219, Bairro Centro, em Divinópolis/MG, CEP 35.500-001, CNPJ 64.422.892/0025-79, NIRE 31.901.970.145, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

13. Av. Getúlio Vargas, nº 239, Bairro Centro, em Sete Lagoas/MG, CEP 35.700-046, CNPJ 64.422.892/0030-36, NIRE 31.901.970.170, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

14. Alameda Das Algarobas, 1167, Bairro Caminho das Árvores, em Salvador/BA, CEP 41.820-500, CNPJ 64.422.892/0028-11, NIRE 29.900.992.802, com o objeto social Show Room, representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico, Comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

15. SQPS 104, Quadra A, Conjunto A, Zona Industrial (Guará), em Brasília/DF, CEP 71.215-221, com o objeto social de Depósito Fechado, CNPJ 64.422.892/0034-60;

16. Rua Guaraciaba Passos, 1325, Bairro Centro, em Mateus Leme/MG, CEP 35.670-000, CNPJ 64.422.892/0036-21, NIRE 31.902.306.061, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

17. Avenida Doutor Moraes Saltes, 2331, bairro Nova Campinas, Campinas/SP, CEP 13092-111, CNPJ 64.422.892/0038-93, NIRE 35.904.904.147, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

18. Rua Chile, nº 206, Lote 197, Quadra 14, Loteamento Rec. Ipitanga, em Lauro de Freitas/BA, CEP 42.700-230, CNPJ 64.422.892/0037-02, NIRE 29.901.124.944, com o objeto social de depósito fechado, Guarda-móveis e Comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa;

19. Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1041, bairro Bonfim, na cidade de Carmo do Cajuru/MG, CEP 35.557-000, CNPJ 64.422.892/0001-00, NIRE 31.902.732.370, com o objeto social de atividade de indústria e comércio de móveis de madeira, a fabricação de espuma, a fabricação de colchões de espuma, almofadas e artigos semelhantes, a fabricação de carvão vegetal com resíduos de madeira, o comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa, extração de produtos e subprodutos florestais, a indústria e comércio de móveis de metal, a fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico, a representação comercial de móveis e artigos de uso doméstico, prestação de serviço em conserto de artigos de uso mobiliário, a prestação de serviços de impermeabilização de artigos do mobiliário, e a serraria com desdobramento de madeira;

20. Rua Grão Mogol, 678, Bairro Carmo, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-010, CNPJ 64.422.892/0041-99, NIRE 31.902.465.029, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa.

21. Av. América, nº 524 e 542, Galpão/Escritório, PAV 01/02, Bairro Jardim América, em Cariacica/ES, CEP 29.140-050, CNPJ 64.422.892/0042-70, NIRE 32.900.501.169, com o objeto social de depósito fechado;

22. Estrada do Tindiba, nº 2526, Lot. 27, Qdr. 33, Pai 9177, bairro Taquara, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.730-262, CNPJ nº 64.422.892/0043-50, NIRE 33.901.402.246, com objeto social de depósito fechado;

23. Rua Oito, nº 15, bairro Bonfim, em Carmo do Cajuru/MG, CEP 35557-000, CNPJ nº 64.422.892/0044-31, NIRE 31.920.053.853, com objeto social de comércio varejista de móveis via e-commerce;

24. Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, lojas, 315A, 315B e 316, Brooklin Paulista, em São Paulo/SP, CEP 04.578-903, CNPJ nº 64.422.892/0045-12, NIRE 35906377845 com objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa.

25. Avenida Magalhães de Castro nº 12.000, Salão Comercial nº LOZE.2, Shopping Cidade Jardim, bairro Cidade Jardim, em São Paulo/SP, CEP 05.676-900, CNPJ nº 64.422.892/0046-01, NIRE nº 35906523868, com o objeto social de comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa.

26. Av. Pirambóia, nº 4104, Anexo 4170, Galpões 04 e 05, bairro Jardim Santa Cecilia, em Barueri/SP, CEP 06.465-060, CNPJ nº 64.422.892/0047-84, NIRE nº 35906591987, com o objeto social de depósito fechado, onde o contribuinte promove com exclusividade o depósito de seus móveis e de mercadorias próprias.

Artigo 3. A Líder Indústria e Comércio de Estofados S/A, incluindo matriz e filiais, tem como objeto social: a atividade de indústria e comércio de móveis de madeira, a fabricação de espuma, a fabricação de colchões de espuma, almofadas e artigos semelhantes, a fabricação de carvão vegetal com resíduos de madeira, o comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios para casa, Show Room, extração de produtos e subprodutos florestais, a indústria e comércio de móveis de metal, a fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico, a representação comercial de móveis e artigos de uso doméstico, a prestação de serviço em conserto de artigos de uso mobiliário, a prestação de serviços de impermeabilização de artigos do mobiliário, a serraria com desdobramento de madeira e depósito fechado, onde o contribuinte promove com exclusividade o depósito de seus móveis e de mercadorias próprias.

Parágrafo Único. O estabelecimento matriz da Companhia exerce apenas o comércio varejista de móveis, estofados, colchões e acessórios.

Artigo 4. O início das atividades da sociedade se deu na data de sua constituição e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

Capítulo II. Capital, Ações e Acionistas. Artigo 5. O capital social subscrito e totalmente integralizado da Sociedade é de R\$3.161.000,00 (três milhões, cento e sessenta e um mil reais), representado por 3.161.000 (três milhões, cento e sessenta e uma mil) Ações Ordinárias Nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

§ 1º As ações que vierem a ser emitidas em decorrência de elevação do capital social, observadas as condições da lei e do presente estatuto, serão integralizadas em moeda corrente nacional, conferência e/ou incorporação de bens móveis e imóveis.

§ 2º Cada ação ordinária corresponde a 01 (um) voto nas deliberações da assembleia geral.

Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 6. As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei e deste Estatuto.

§ 1º A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

§ 2º Compete privativamente à Assembleia Geral: I. Reformar o estatuto social; II. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Sociedade, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei 6.404/76; III. Tomar, anualmente, as contas dos

administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV. Autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no §1º do art. 59 da Lei 6.404/76;

V. Suspender o exercício dos direitos do acionista;

VI. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VII. Autorizar a emissão de partes beneficiárias;

VIII. Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

IX. Autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial;

e X. Fixar o montante da remuneração dos Diretores.

§ 3º A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III. Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;

§ 4º A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver justificativa e conveniência para tratar exclusivamente de assuntos objeto de sua convocação.

§5º A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local e instrumentadas em ata única.

Artigo 7. As pessoas presentes na Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da Sociedade. Os titulares das ações ou seus representantes legais deverão exibir documento hábil de sua identidade ou representação.

Artigo 8. Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o "Livro de Presença de Acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência. bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares.

Artigo 9. Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.

Artigo 10 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvadas as exceções previstas em lei.

Artigo 11. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre: I. Criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

II. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

III. Redução do dividendo obrigatório;

IV. Fusão da Sociedade, ou sua incorporação em outra;

V. Participação em grupo de sociedades;

VI. Mudança do objeto da Sociedade;

VII. Cessação do estado de liquidação da Sociedade;

VIII. Criação de partes beneficiárias;

IX. Cisão da Sociedade;

X. Dissolução da Sociedade.

Artigo 12. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na Assembleia. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13. Sempre que não houver a aprovação de todos os membros da Diretoria, competirá à Assembleia Geral autorizar ou não a alienação de bens integrados ao ativo permanente da sociedade, qualquer que seja seu valor, bem como a assunção de financiamentos internos e externos.

Capítulo IV. Título I. Administração da Sociedade. Artigo 14. A Sociedade será administrada pela Diretoria. A Diretoria, órgão executivo e administrativo, será composta por 2 (dois) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Administrativo.

§1.º O Diretor Presidente será eleito e destituído, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral.

§2.º Para o cargo de Diretor Presidente, serão observados pela Assembleia Geral, na eleição, os seguintes requisitos: ser pessoa natural, acionista ou não, e residente no País.

§3.º O Diretor Administrativo, pessoa natural, residente no país, acionista ou não, será eleito e destituído, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral.

§4.º O Diretor Presidente e o Diretor Administrativo serão investidos em seus cargos mediante assinatura da Ata de Assembleia Geral que os elegeu e do respectivo Termo de Posse. Se o Termo de Posse não for assinado pelo Diretor eleito no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tomar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pela Diretoria.

Artigo 15. O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 03 (três) anos, expirando-se na data de Realização da Assembleia Geral Ordinária, no terceiro ano subsequente ao de sua eleição, sendo admitida a reeleição, isolada ou conjuntamente.

§1.º O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

§2.º Os membros da Diretoria estão dispensados da prestação de garantia de gestão.

Artigo 16. Compete à Diretoria: I. Assegurar o pleno funcionamento da Sociedade, o cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral, respeitada a legislação vigente;

II. Preparar e apresentar à Assembleia Geral, anualmente, os relatórios das atividades sociais;

III. Formular propostas que devam ser levadas à apreciação da Assembleia Geral;

IV. Propor a criação, instalação e encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios ou depósitos;

V. Propor a alienação de bens do ativo permanente da Sociedade, a constituição de ônus reais e a assunção de financiamentos externos e internos, de qualquer natureza, observando o artigo 13;

VI. Praticar todos os atos necessários ao normal funcionamento da Sociedade.

Artigo 17. Ao Diretor Presidente compete a administração interna da Sociedade, a política de pessoal e a gerência dos recursos de conformidade com as diretrizes da Sociedade, voltada sempre para os custos de oportunidade.

Artigo 18. Compete ao Diretor Administrativo, isoladamente: I. Representar oficialmente a Sociedade, ativa e passivamente em todas as suas relações, em Juízo ou fora dele podendo constituir procuradores;

II. Assinar correspondência da Sociedade;

III. Assinar a emissão de cheques e vouchers, ordens de pagamento, ordens de créditos, títulos sacados contra a Sociedade, endosses, cauções, recibos e quitações;

IV. Assinar a emissão de ações, cautelas e debêntures de responsabilidade da Sociedade;

V. Assinar o Balanço, os Balançetes da Sociedade e seus respectivos anexos;

VI. Autorizar ou cancelar a locação de bens móveis, imóveis, a constituição de hipotecas, penhores, cauções ou quaisquer outras formas de garantia real;

VII. Assinar os instrumentos de contrato em que a Sociedade for parte interessada;

VIII. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IX. Convocar as Assembleias Gerais nos termos da lei e do presente instrumento;

X. Ter sob sua guarda os livros e valores da Sociedade;

XI. Aprovar e orientar a política geral da Sociedade.

Artigo 19. Os Diretores substituir-se-ão em seus impedimentos ocasionais. No caso de vacância definitiva de qualquer cargo na Diretoria, será convocada Assembleia Geral para eleger novos diretores.

Artigo 20. Todos os documentos, atos e contratos que obriguem a Sociedade deverão conter a assinatura do Diretor Administrativo, isoladamente. Admitir-se-á, alternativamente, para os mesmos fins, as assinaturas de quaisquer diretores sempre em conjunto de dois.

§1.º É vedado o uso da denominação social em operações estranhas aos interesses sociais, tais como avais, fianças e endossos a favor de terceiros.

§2.º É vedada a prática de atos que possam gerar perda para a Sociedade em benefício pessoal dos acionistas.

Artigo 21. A Sociedade poderá nomear procuradores para representá-la dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os instrumentos de mandatos para fins judiciais ou específicos que terão duração indeterminada.

Título II. Conselho Fiscal. Artigo 22. O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

§1.º O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1110 (um décimo) das ações com direito a voto, e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

§2.º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§3.º O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros.

Capítulo V. Do Exercício Social e Dividendos. Artigo 23. O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas as normas técnicas e legais aplicáveis.

Artigo 24. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, podendo ser distribuído desproporcionalmente aos acionistas.

Artigo 25. O lucro líquido do exercício é o resultado remanescente após apuradas as deduções de que tratam os artigos 27 e 28 do presente Estatuto.

Artigo 26. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e provisão para Imposto de Renda e demais consectários desta exação.

Artigo 27. Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 05% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital.

Artigo 28. A Assembleia poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido à formação de reservas de contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

Artigo 29. Por Proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei.

Artigo 30. Os acionistas têm direito a receber, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I. cota destinada à constituição de reserva legal;

II. Importância destinada à formação para Reserva de Contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas;

III. lucros a realizar, transferidos para a constituição de Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício.

Artigo 31. A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo.

Artigo 32. O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Sociedade.

Artigo 33. Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a distribuição de dividendos inferiores ao estabelecido no artigo 30 ou retenção de todo o lucro.

Artigo 34. A Diretoria poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em balanço intermediário, *ad referendum* da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim.

Capítulo VI. Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 35. A Sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei.

§1.º A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação.

Capítulo VII. Acordos de Acionistas. Artigo 36. Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Sociedade que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Sociedade, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Sociedade, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Sociedade. Os administradores da Sociedade deverão prestar a observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em lei.

Capítulo VIII. Disposições Transitórias. Artigo 37. Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pela Legislação vigente aplicável.

Artigo 38. As partes elegem a CAMARA DE ARBITRAGEM EMPRESARIAL - CAMARB como órgão institucional de solução extrajudicial de litígios, para dirimir quaisquer questões divergentes e/ou conflitos oriundos do presente Estatuto Social. Assinam o presente instrumento o Presidente da Mesa e Diretor Administrativo Cláudio Nogueira Alves, o Secretário da Mesa e Diretor Presidente Aurélio Nogueira Alves, a acionista JMN Holding S/A, representada por Cláudio Nogueira Alves, e a advogada Thaís de Faria Terezi. São Paulo/SP, 25 de setembro de 2025.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/12/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

